



## ANEXO I

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 013/2025

DISPENSA Nº 013/2025

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1.** Este Termo de Referência tem por objeto a execução de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica destinados ao suporte técnico e atuação em demandas administrativas junto ao CREAS, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A natureza do objeto deste instrumento trata de serviços técnicos profissionais.

**1.3.** Os quantitativos de serviços estão descritos na tabela abaixo:

**Tabela-1**

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant.	Valores em R\$	
				Unitário	Total
1	Serviços de assessoria e consultoria jurídica destinados ao suporte técnico e atuação em demandas administrativas junto ao CREAS	Mês	12	2.793,00	33.516,00

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

**2.1.** A atuação da Secretaria Municipal de Ação Social envolve a execução de políticas públicas complexas, que demandam não apenas conhecimento técnico em áreas específicas do Direito, como Direito Administrativo, Direito Constitucional, e Direito Social, mas também a conformidade com a legislação e normas vigentes. A contratação de um advogado ou assessor jurídico especializado visa garantir que todas as ações da Secretaria sejam realizadas dentro da legalidade, evitando riscos jurídicos e assegurando a efetividade das políticas públicas.

**2.2.** A contratação de um serviço técnico especializado de advogado/assessor jurídico para a Secretaria Municipal de Ação Social é essencial para garantir a segurança jurídica das ações desenvolvidas pelo órgão, além de assegurar a conformidade com a legislação aplicável e a prevenção de eventuais riscos legais. Esse suporte especializado contribui diretamente para o bom andamento dos programas e políticas públicas voltadas à população, promovendo a justiça social e a proteção dos direitos dos cidadãos.

#### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



**3.1.** A solução proposta para a contratação de um serviço técnico especializado de advogado/assessor jurídico para a Secretaria Municipal de Ação Social visa proporcionar a orientação jurídica necessária para assegurar a conformidade legal das atividades e projetos desenvolvidos pela Secretaria, garantindo a eficiência na execução de políticas públicas voltadas à promoção da assistência social e ao bem-estar da população.

**3.2.** A contratação do serviço jurídico especializado tem como principais objetivos:

**3.2.1.** Garantir a Conformidade Legal, através de orientações jurídicas especializadas, assegurando que as ações, programas e projetos da Secretaria estejam de acordo com a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

**3.2.2.** Prevenir Riscos Jurídicos: Minimizar eventuais danos à imagem da administração pública, evitando litígios, infrações legais e outras complicações jurídicas.

**3.2.3.** Oferecer Assessoria Jurídica Contínua: Fornecer suporte jurídico para a elaboração, revisão e acompanhamento de contratos, convênios, termos de parceria, além de orientar sobre questões legais cotidianas da Secretaria.

**3.2.4.** Auxiliar na Elaboração de Normas e Projetos Legais: Apoiar a criação de novas políticas públicas e alterações legislativas que envolvam a atuação da Secretaria, assegurando que estejam juridicamente adequadas e viáveis.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação decorrente deste instrumento adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

**4.2.** A execução dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, conforme as necessidades da Contratante, no período das 8h às 14h (oito às quatorze horas).

#### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

**5.2.** O contrato terá um prazo de vigência de 12 (doze) meses para a execução dos serviços, prorrogável até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do artigo 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.3.** A execução dos serviços técnicos profissionais compete a profissional qualificado, vedada a subcontratação.



**5.4.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício com a Administração, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5.5.** Será mantido absoluto sigilo pela Contratada sobre informações, documentos e técnicas transmitidos pela Contratante, que não estejam abertos ao público.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

**6.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um servidor da Secretaria de Ação Social, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**6.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas.

**6.2.1.** O fiscal determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**6.3.** A execução do objeto será controlada e fiscalizada pelas pessoas:

**6.3.1.** Gestor do Contrato: Rayanne Santana de Andrade, CPF: 095.307.814-07;

**6.3.2.** Fiscal do Contrato: Maria do Socorro Bezerra Castanha de Melo, CPF: 765.797.004-91.

**6.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

**6.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**6.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

**6.7.** A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

**6.8.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a correção das faltas, falhas e irregularidades eventualmente constatadas.

**6.9.** Em hipótese alguma será admitido que a Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**6.10.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**6.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, quando for o caso, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

**6.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**6.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto em norma vigente aplicável no que for pertinente à contratação.

**6.14.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, quando for o caso, sempre que a Contratada:

**7.1.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**7.1.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2.** A aferição da execução contratual para fins de pagamentos considerará os seguintes critérios:



**7.2.1.** Cumprimento dos horários estabelecidos no contrato;

**7.2.2.** Qualidade dos serviços técnicos prestados.

**7.3.** Poderá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.3.1.** Não produziu os resultados acordados;

**7.3.2.** Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**7.3.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.4.** As medições serão mensais e a aceitação dos serviços efetivamente executados no período dependerá de prévia verificação por parte da fiscalização do contrato.

**7.5.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, através de ordem bancária para crédito em instituição financeira indicada pela Contratada.

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR**

**8.1.** O objeto deste instrumento se enquadra como serviço comum.

**8.2.** A seleção do prestador se dará mediante contratação direta, por dispensa de licitação, com base no artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo total estimado da futura contratação é de R\$ 33.516,00 (trinta e três mil, quinhentos e dezesseis reais)

**9.2.** O cálculo do valor estimado considerou, conforme demonstrado na Tabela-1, o preço unitário referencial de R\$ 2.793,00 (dois mil, setecentos e noventa e três reais), que foi multiplicado pela quantidade de 12 (doze) meses.

**9.3.** A estimativa foi apurada a partir de contratações similares realizadas por este órgão e por outros órgãos no último exercício financeiro.

## **10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**10.1.** As despesas correrão por conta de Recursos Próprios, consignados na dotação orçamentária: 10002/8.245.2719.2.1100 (67); 1002/8.122.2715.2.1155 (17) - 3.3.90.36.

Vertentes, 02 de janeiro de 2025.

**Rayanne Santana de Andrade**  
Secretária de Governo e Ação Social